



CGMP - CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ 04.088.208/0001-65

www.semparam.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores, o CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Sociedade e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Osasco, 05 de fevereiro de 2016.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014		Nota explicativa	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	216.149	233.752	Fornecedores		21.517	39.935
Contas a receber de clientes	5	844.254	736.666	Repasse a conveniados	9	947.825	869.693
Estoque - almoxarifado		8.167	-	Adiantamento de clientes		52.029	39.243
Impostos a recuperar		31.924	518	Salários e encargos sociais		19.352	17.666
Despesas antecipadas		3.595	1.673	Impostos a recolher		8.346	6.948
Outros créditos		1.841	1.200	Imposto de renda e contribuição social		-	22.108
Total do ativo circulante		1.105.930	973.809	Dividendos a pagar		133.167	-
				Outras contas a pagar		2.874	1.521
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		1.185.110	997.114
Depósitos judiciais		2.311	717	NÃO CIRCULANTE			
Ativo fiscal diferido	6.a)	5.302	7.363	Fornecedores		1.473	960
Imobilizado	7	180.337	194.248	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	11	3.256	3.413
Intangível	8	94.402	64.486	Outras contas a pagar		20	60
Total do ativo não circulante		282.352	266.814	Total do passivo não circulante		4.749	4.433
TOTAL DO ATIVO		1.388.282	1.240.623	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12.a)	99.689	99.689
				Reserva de lucros - legal	12.b)	19.938	19.938
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	12.c)	-	50.494
				Reserva de retenção de lucros		78.796	68.955
				Total do patrimônio líquido		198.423	239.076
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.388.282	1.240.623

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2015	2014
Receita Líquida	13	744.425	645.693
Custo dos Serviços Prestados	14	(214.052)	(146.174)
Lucro Bruto		530.373	499.519
Recargas (Despesas) Operacionais			
Despesas comerciais	14	(207.375)	(142.129)
Despesas administrativas e gerais	14	(108.867)	(87.226)
Outras recargas (despesas) operacionais		(71.443)	(1.998)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		142.688	268.166
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	15	(4.284)	(2.680)
Recargas financeiras	15	40.445	38.508
		36.161	35.828
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		178.849	303.994
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	6.b)	(45.573)	(104.484)
Diferidos	6.b)	(2.062)	2.464
		(47.635)	(102.020)
Lucro Líquido do Exercício		131.214	201.974
Lucro Líquido por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído		38,20	58,80

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais - R\$)

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	131.214	201.974
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	131.214	201.974

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		99.689	19.938	4.934	44.009	-	168.570
Dividendos propostos em 1º de março de 2014 (R\$12,81112 por ação)	12.d)	-	-	-	(44.009)	-	(44.009)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	201.974	201.974
Dividendos adicionais propostos (R\$14,6998 por ação)		-	-	-	50.494	(50.494)	-
Dividendos intermediários pagos (R\$25,46113 por ação)		-	-	-	(87.459)	(87.459)	(87.459)
Reserva de retenção de lucros		-	-	64.021	-	(64.021)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		99.689	19.938	68.955	50.494	-	239.076
Dividendos pagos em 27 de março de 2015 (R\$5,239821 por ação)	12.d)	-	-	-	(18.000)	-	(18.000)
Dividendos distribuídos em 20 de abril de 2015 (R\$9,459041 por ação)	12.d)	-	-	-	(11.794)	-	(11.794)
Dividendos pagos em 7 de julho de 2015 (R\$6,02579 por ação)	12.d)	-	-	-	(20.700)	-	(20.700)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	131.214	131.214
Dividendos intermediários propostos em 31 de dezembro de 2015 (R\$5,4373481137 por ação)		-	-	-	-	(121.373)	(121.373)
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	9.841	-	(9.841)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		99.689	19.938	78.796	-	-	198.423

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("Companhia") tem por objetivo: (a) a prestação de serviços de implantação e administração de um centro de gestão de meios de pagamento em território nacional; e (b) a arrecadação, o agenciamento e a intermediação de pagamentos de serviços e produtos de outras sociedades. A Companhia opera o sistema "Sem Parar" por meio de contratos firmados com concessionárias de rodovias, estações, postos de combustível e táxi nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina, Goiás e no Distrito Federal. Os contratos firmados com as concessionárias vigoram por prazo indeterminado e sua execução está vinculada à vigência dos respectivos contratos de concessão de cada concessionária. Os contratos firmados com estações, postos de combustível e taxistas vigoram por prazo indeterminado. Os valores referentes a pedágios são repassados às concessionárias em quatro dias úteis após o vencimento das faturas para os usuários da modalidade débito em conta-corrente e 30 dias da data de passagem para os usuários da modalidade cartão de crédito. Os valores registrados nos estacionamentos, postos de combustível e taxistas são repassados por meio de depósitos diários em conta-corrente específica, nos prazos acordados com cada conveniada. Parte substancial da receita da Companhia é oriunda das taxas de adesão ao sistema e de mensalidades cobradas dos usuários. Com a publicação da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e instituições de pagamento, em 1º de dezembro de 2014, a Companhia protocolou o requerimento de autorização para funcionamento como instituidora de arranjo de pagamento e instituição de pagamento estando em conformidade com a legislação para continuidade do negócio e adequação das atividades e responsabilidades constantes em circulares emitidas pela entidade reguladora. Devido ao atendimento pela Companhia das resoluções expedidas pelos órgãos reguladores dos meios de pagamento de pedágio, as quais preveem a utilização de uma nova tecnologia no reconhecimento de pagamento automático nas praças de pedágio, a Companhia realizou em 2015 diversos investimentos na aquisição de novos equipamentos e desenvolvimento de tecnologias, bem como procedeu a baixa dos equipamentos obsoletos. A referida baixa gerou redução do ativo imobilizado líquido no montante de R\$68.296.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos técnicos e nas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados - a) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando ela transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. (i) **Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado:** Designados como tal no momento do reconhecimento inicial se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a sua estratégia de investimentos. (ii) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos, desrescisos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. c) **Outros passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros. d) **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, de modo que o valor do custo, menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. e) **Intangível:** Compreende principalmente ativos adquiridos de terceiros com vida útil definida, amortizados com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 8. f) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. g) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. h) **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, juros e atualizações monetárias. i) **Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado do período de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de recebimento. j) **Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos e juros cobrados de clientes inadimplentes. Despesas financeiras compreendem basicamente descontos concedidos e tarifas bancárias, reconhecidas quando incorridas. k) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício - correntes e diferidos - são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social. A despesa apropriada ao resultado com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são aqueles a pagar sobre o lucro tributável do exercício, determinados a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação dos balanços. l) **Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas históricas na realização dos créditos. Todos os títulos vencidos há mais de 120 dias e não formalmente renegociados estão provisionados. m) **Serviços a faturar:** Referem-se a valores de pedágio de concessionárias, estadias nos estacionamentos e abastecimentos em postos de combustíveis confirmados e não faturados para o cliente até o encerramento do mês. n) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação e está registrado na rubrica "Salários e encargos sociais". o) **Provisão para riscos trabalhistas e cíveis:** Registrada somente quando existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas, e apoiada nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia. p) **Lucro básico por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. q) **Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, quando aplicável, na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. r) **Adoção das IFRSs novas e revisadas:** Alterações às IFRSs e às novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente. No exercício corrente, a Sociedade aplicou novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior. * Alterações às IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos; Contribuições dos Empregados; * Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas. O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

	Instrumentos Financeiros (2)
IFRS 9	Receitas de Contratos com Clientes (2)
IFRS 15	Operações de Arrendamento Mercantil (3)
IFRS 16	Acordo Contratual Conjunto (1)
Modificações às IFRS 11/CPC 19 (R2)	Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis (1)
Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Agricultura: Plantas Portadoras (1)
Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Demonstrações Separadas (1)
Modificações às IAS 27/CPC 35 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (1)
Modificações às IFRS 10/CPC 36(R3) e IAS 28/CPC 18(R2)	Melhorias Anuais nas IFRSs: Ciclo 2012-2014 (1)
Modificações às IFRSs	Iniciativa de Divulgação (1)
Modificações às IAS 1/CPC 26 (R1)	
Modificações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18 (R2)	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida. É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs. A Administração da Sociedade ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos. s) **Avaliação dos impactos da Lei nº 12.973/14:** Em 13 de maio de 2014 foi promulgada a Lei nº 12.973/14, conversão da Medida Provisória nº 627/13, na qual houve a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT e a disciplina tributária de diversos aspectos introduzidos pela Lei nº 11.638/07, que aproximou as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais das IFRSs. De modo geral, a Lei nº 12.973/14 implica alterações da legislação tributária federal, incluindo: • Tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos. • Cálculo de juros sobre o capital próprio; • Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na referida Lei tiveram vigência a partir de 2015. A adoção não resultou em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa	18	18
Bancos conta movimento	64.053	56.036
Aplicações financeiras (*)	152.078	177.698
Total	216.149	233.752

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (entre 50% e 101%) e para as quais não existem penalidades nem nenhuma outra restrição para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2015	2014
Contas a receber	522.146	397.604
Serviços a faturar	538.917	505.355
	1.061.063	903.039

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(216.809)	(166.373)
Total	844.254	736.666

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 120 dias, exceto para saldos renegociados. Os vencimentos dos saldos, bem como a abertura dos valores vencidos, são como segue:

	2015	2014
A vencer	711.368	642.485
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	94.827	72.376
De 31 a 60 dias	17.082	8.973
De 61 a 90 dias	11.075	7.553
De 91 a 120 dias	9.902	5.279
Mais de 120 dias	216.809	166.373
Total	1.061.063	903.039

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldo inicial	(166.373)	(137.992)
Adição	(50.436)	(28.381)
Saldo final	(216.809)	(166.373)

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social - ativos:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	2.009	6.526
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.107	1.160
Outras provisões - fornecedores	2.487	2.781
	5.603	10.467

Imposto de renda - passivo - Depreciação acelerada - inovação tecnológica

	2015	2014
Depreciação acelerada - inovação tecnológica	(301)	(3.104)
Impostos ativos diferidos líquidos	5.302	7.363

b) **Conciliação da taxa efetiva:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado é demonstrada como segue:

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	178.849	303.994
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(60.809)	(103.358)
Outras diferenças permanentes, líquidas	13.174	1.358
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(47.635)	(102.020)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(45.573)	(104.484)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(2.062)	2.464
Alíquota efetiva	27%	34%

7. IMOBILIZADO

Composição do imobilizado

	2015	2014
Taxa anual de depreciação-%		
Custo	178.849	303.994
Depreciação acumulada	(50.436)	(28.381)
Líquido	128.413	275.613

	2015	2014
Instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e antenas	10	10
Equipamentos de informática, projeto de inovação tecnológica e veículos	20	20
"Tags" inicializados e revitalização	28,33	166,865
"Tags" a vincular, em trânsito e importações em andamento	-	2,237
Benefitorias em imóveis de terceiros	33,33	6,191
Projeto Via Fácil - Rio Grande do Sul	25	477
Móveis e utensílios e instalações em andamento	-	-
Total	292,181	(111,844)
Movimentação do custo		
2014		
Saldo inicial	27	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

Movimentação do custo	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	Adições
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento (*)	94.618	41.095	135.713	-
Marcas e patentes	134	-	134	-
Total	<u>94.752</u>	<u>41.095</u>	<u>135.847</u>	-
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	Adições
Marcas e patentes	56.107	38.511	94.618	-
Total	<u>134</u>	<u>-</u>	<u>134</u>	<u>-</u>
Total	<u>56.241</u>	<u>38.511</u>	<u>94.752</u>	-

(*) Desenvolvimento tecnológico de uma nova Plataforma de Aplicações e Soluções tecnológica para melhorias dos produtos e novos negócios.

Movimentação da amortização	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	Adições
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento	(30.187)	(11.166)	(41.353)	-
Marcas e patentes	(79)	(13)	(92)	-
Total	<u>(30.266)</u>	<u>(11.179)</u>	<u>(41.445)</u>	-
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	Adições
Marcas e patentes	(22.075)	(8.112)	(30.187)	-
Total	<u>(66)</u>	<u>(13)</u>	<u>(79)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(22.141)</u>	<u>(8.125)</u>	<u>(30.266)</u>	-

9. REPASSE A CONVENIADOS	2015		2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	Adições
Concessionárias - acionistas da Companhia	467.164	521.868	364.069	275.566
Outras concessionárias	116.592	72.259	116.592	72.259
Outros conveniados (estacionamentos e abastece)	<u>947.825</u>	<u>869.693</u>	<u>947.825</u>	<u>869.693</u>

10. PARTES RELACIONADAS
Remuneração dos administradores: Em 31 de dezembro de 2015, foram pagos e provisionados aos administradores beneficiários de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros e assistência médica), contabilizados na rubrica "Despesas administrativas e gerais". Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em R\$6.650 (R\$5.840 em 2014). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os gastos foram de R\$3.840 (R\$5.384 em 2014). A Companhia apresenta também saldos a repassar à concessionária, esta acionista da Companhia (nota explicativa nº 9), bem como dividendos a pagar aos seus acionistas (nota explicativa 12).

11. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, na experiência anterior do percentual de perda em relação às quantias reivindicadas, constituiu a provisão a seguir. A Administração considera seu montante suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas e cíveis

	2015	2014
Cíveis	1.960	2.842
Trabalhistas	1.453	880
Total	<u>3.413</u>	<u>3.722</u>
	2014	2013
Cíveis	1.672	2.289
Trabalhistas	620	1.049
Total	<u>2.292</u>	<u>3.338</u>

Em 31 de dezembro de 2015, existem processos cíveis, avaliados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão, o valor estimado dessas causas é de R\$ 6.411 (R\$4.751 em 2014).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social subscrito e integralizado está representado por 3.435.232 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Reservas de lucros - legal:** São constituídas à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a reserva legal já havia sido constituída ao limite de 20%. **c) Reservas de lucros – reserva de retenção de lucros:** Em 20 de abril de 2015, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o montante de R\$ 64.021 foi destinado à rubrica "Reserva de retenção de lucros". **d) Dividendos propostos:** O estatuto social determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos é como segue: • A Companhia pagou no exercício findo em 27 de março de 2015, dividendos adicionais, aprovados pela Assembleia Geral, no montante de R\$18.000. • A Companhia pagou no exercício findo em 07 de julho de 2015, dividendos adicionais, aprovados pela Assembleia Geral, no montante de R\$20.700. • A Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2015, a distribuição dos dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 50.494, dos quais R\$ 38.700 já foram pagos, conforme supracitado.

13. RECEITA LÍQUIDA	2015		2014	
	Receitas	Deduções	Receitas	Deduções
Receitas de serviços	896.654	760.923	896.654	760.923
Deduções:				
Impostos incidentes sobre a receita	(82.083)	(71.924)	(82.083)	(71.924)
Descontos e abatimentos	(70.146)	(43.306)	(70.146)	(43.306)
Receita líquida	<u>744.425</u>	<u>645.693</u>	<u>744.425</u>	<u>645.693</u>

14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal	(153.745)	(122.760)	(153.745)	(122.760)
Insumos para prestação de serviços	(125.012)	(87.807)	(125.012)	(87.807)
Depreciação e amortização	(90.017)	(57.075)	(90.017)	(57.075)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.436)	(28.381)	(50.436)	(28.381)
Serviços de informática	(25.903)	(14.348)	(25.903)	(14.348)
Fretes, carretos e transportes	(16.326)	(6.384)	(16.326)	(6.384)
Anúncio, propaganda e publicidade	(7.305)	(3.594)	(7.305)	(3.594)
Auditoria e consultoria	(7.142)	(6.572)	(7.142)	(6.572)
Honorários advocatícios	(5.579)	(4.230)	(5.579)	(4.230)
Locação de veículos	(5.276)	(4.214)	(5.276)	(4.214)
Consultas e pesquisas	(3.737)	(3.157)	(3.737)	(3.157)
Combustível	(2.894)	(2.264)	(2.894)	(2.264)
Serviços gráficos	(2.806)	(4.091)	(2.806)	(4.091)
Telefone celular	(2.770)	(1.703)	(2.770)	(1.703)
Doação para Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP	(2.400)	(4.000)	(2.400)	(4.000)
Aluguéis	(2.328)	(1.973)	(2.328)	(1.973)
Comissões de vendas	(1.756)	(1.780)	(1.756)	(1.780)
Outros	(24.862)	(21.196)	(24.862)	(21.196)
Total	<u>(530.294)</u>	<u>(375.529)</u>	<u>(530.294)</u>	<u>(375.529)</u>
Custo dos serviços prestados	(214.052)	(146.174)	(214.052)	(146.174)
Despesas comerciais	(207.375)	(142.129)	(207.375)	(142.129)
Despesas administrativas e gerais	(108.867)	(87.226)	(108.867)	(87.226)
Total	<u>(530.294)</u>	<u>(375.529)</u>	<u>(530.294)</u>	<u>(375.529)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Despesas financeiras:				
Descontos concedidos	(2.183)	(1.980)	(2.183)	(1.980)
Outros	(2.101)	(700)	(2.101)	(700)
Total das despesas	<u>(4.284)</u>	<u>(2.680)</u>	<u>(4.284)</u>	<u>(2.680)</u>
Receitas financeiras:				
Juros sobre atraso de contas a receber	24.042	19.847	24.042	19.847
Rendimento das aplicações financeiras	12.968	17.485	12.968	17.485
Outros	3.435	1.176	3.435	1.176
Total das receitas	<u>40.445</u>	<u>38.508</u>	<u>40.445</u>	<u>38.508</u>

16. COBERTURA DE SEGUROS
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$1.440 para incêndio, raio e explosão; R\$432 para danos elétricos; R\$120 para roubo e furto; R\$29 para outros riscos; e R\$289 para lucros cessantes; e R\$ 3.081 para responsabilidade civil.

17. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de mercado. • Risco operacional. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições-padrão de pagamento. A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas prováveis com relação às contas a receber de clientes. A exposição ao risco de caixa e equivalentes de caixa é influenciada, principalmente, por aplicações em CDBs. São aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating" e de acordo com limites previamente estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2015, a exposição máxima era de R\$1.060.403 (R\$970.418 em 31 de dezembro de 2014), referente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia encontrar dificuldades para cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. **Risco de mercado:** a) **Exposição a riscos cambiais:** A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) **Exposição a riscos de taxas de juros:** A Companhia está exposta a riscos normais de mercado relacionados às variações do CDI, referentes às aplicações financeiras. **Risco operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. O cumprimento das normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada. **Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia possuía instrumentos financeiros não derivativos representados substancialmente por aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e repasses a conveniados, estacionamentos e abastece. Os valores desses instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos naquelas datas. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir.

Instrumentos financeiros por categoria	2015		2014	
	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis
Ativos:				
Aplicações financeiras	-	152.078	-	177.698
Contas a receber de clientes	-	844.254	-	736.666

Passivos:	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores	21.517	-	39.935	-
Repasses a conveniados	947.825	-	869.693	-

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são como segue:

Natureza	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo (*)	Valor contábil	Valor justo (*)
Ativos:				
Aplicações financeiras	152.078	152.078	177.698	177.698
Contas a receber de clientes	844.254	844.254	736.666	736.666
Total	<u>996.332</u>	<u>996.332</u>	<u>914.364</u>	<u>914.364</u>
Passivos:				
Fornecedores	21.517	21.517	39.935	39.935
Repasses a conveniados	947.825	947.825	869.693	869.693
Total	<u>969.342</u>	<u>969.342</u>	<u>909.628</u>	<u>909.628</u>

(*) Qualificados como Nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo.
Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a seguir estão apresentadas as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Índice	Risco	%	Cenário provável		Cenário possível - estresse 25%		Cenário remoto estresse 50%		Base
			Ativo - CDI	Decréscimo do índice	14,86	22.599	16.949	11.299	
Ativo - CDI	Decréscimo do índice	14,86	22.599	16.949	11.299	152.078			

Gestão do capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e também o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis, mantendo uma posição de capital saudável.

18. FIANÇAS BANCÁRIAS
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía o montante de R\$33.432 (R\$26.853 em 2014) de fianças bancárias prestadas por terceiros com a finalidade de garantir o cumprimento dos repasses às concessionárias decorrentes das tarifas de pedágio.

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA
A Companhia aumentou o saldo de imobilizado e, em contrapartida, gerou um contas a pagar no valor de R\$3.893 em 31 de dezembro de 2015, transação esta que não afetou seu caixa no período.

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2016.

DIRETORIA

Pedro Luiz Donda
Presidente

Maria Norma Ushizima Pietro
Diretora Financeira, Gente e Gestão

Bartolomeu Pinto Correa da Silva
Diretor Uso Pessoal & Comercial

Maria Theresa Rossi Vilela
Diretora de Operações

Wagner Menezes de Oliveira
CRC 1SP211957/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. - Osasco - SP
Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras do CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obter evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes

para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Carlos Claro
Contador - CRC nº 1 SP 236588/O-4

Deloitte